

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A CHINA PÓS REFORMAS PRÓ-CAPITALISTAS:
CRESCIMENTO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Antonio Alves de Oliveira Junior
No. de matrícula: 0312842

Orientadora: Eliane Gottlieb

Novembro de 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A CHINA PÓS REFORMAS PRÓ-CAPITALISTAS:
CRESCIMENTO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Antonio Alves de Oliveira Junior
No. Da matrícula: 0312842

Orientador: Eliane Gottlieb

Novembro de 2007

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Economia por todo o auxílio prestado ao longo do curso.

À Mariusa Pitelli, pelas leituras e sugestões.

Às queridas professoras Silvana Marini e Rachel Bergman Fonte por todo o carinho e ajuda em meu difícil início na universidade.

A André Attilio, grande amigo e colega de estudos.

A meus pais.

INDÍCE:

Introdução.....	6
1. Algumas Variáveis Econômicas que Explicam o Crescimento Chinês.....	8
1.1 Introdução.....	8
1.1.1 Um breve histórico da economia chinesa pós 1978.....	9
1.2 Taxa de Poupança e Investimento.....	13
1.2.1 Investimento direto estrangeiro.....	15
1.3 Comércio Internacional.....	17
1.3.1 Grau de abertura comercial.....	20
1.3.2 Regime cambial.....	20
1.3.3 Ingresso na Organização Mundial do Comércio.....	23
1.3.4 Comércio bilateral com os Estados Unidos.....	25
1.3.5 Comércio bilateral com o Japão.....	26
2. A Questão da Educação.....	28
3. Principais Teorias Econômicas do Comércio Internacional.....	31
3.1 Introdução.....	31
3.2 Vantagem comparativa.....	31
3.3 Economias de escala.....	33
4. Perspectivas para a Manutenção do Atual Crescimento nos Próximos Anos.....	36
6. Conclusão.....	39

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB (%) para regiões e países (1991 a 2003)....	11
Tabela 2 - Investimento e poupança na China em % do PIB (1980 a 2003).....	14
Tabela 3 - Fluxos de IDE para a China e países selecionados (2000 a 2003).....	15
Tabela 4 - Exportações, importações e balança comercial (1978 a 2005).....	17
Tabela 5 - Grau de abertura em % (1980 a 2003).....	20
Tabela 6 - Taxa de câmbio (yuan/dólar) (1981 a 2004).....	21
Tabela 7 - Índice de taxa de câmbio real efetiva (2000 = 100) (1981 a 2004).....	21
Tabela 8 - Comércio dos Estados Unidos com a China (2000 a 2006).....	25
Tabela 9 - Gastos do governo em educação (1990 a 2004).....	29
Tabela 10 - Gastos do governo em educação em % do PIB para diversas regiões..	30
Tabela 11 - Mudanças na produção dos países após especialização.....	32
Tabela 12 - Relação entre o insumo trabalho e produto.....	34
Tabela 13 - População urbana e rural (em milhões) (1980 a 2020).....	36

INTRODUÇÃO

Até recentemente, a China, o país mais populoso do mundo, desempenhava um pequeno papel na economia mundial. Das razões dessa fraca atuação, a maior delas se devia a fatores políticos, como o isolamento de grande parte do país do comércio internacional e o envio de muitos administradores, funcionários públicos, professores e outros para o trabalho no campo durante a chamada Revolução Cultural (de 1966 a 1972), quando o sucesso individual de qualquer tipo era considerado suspeito. Além disso, as políticas econômicas também desestimulavam o êxodo rural e, ao mesmo tempo, impediam o setor agrícola de se livrar do trabalho improdutivo. Encontrava-se assim, a China presa a um cenário atrasado e, pior, estagnado.

Porém, em 1978, o Partido Comunista Chinês (PCC), declarando que “enriquecer é explêndido”, abriu as portas tanto para a iniciativa privada interna como para o comércio exterior, dando assim início à grande virada Chinesa.

A economia chinesa tem muito se destacado quando comparada com as demais economias emergentes e em desenvolvimento, no que tange às elevadas taxas de crescimento verificadas no período pós-reforma, iniciado a partir do final dos anos 70. Existem vários aspectos (condicionantes) associados a tal fenômeno, dentre os quais se destacam as altas taxas de investimento, a maior abertura comercial e financeira, o regime cambial rígido, investimento em capital humano, dentre outros. Tendo tais aspectos como referenciais, o foco deste trabalho recai sobre o entendimento da dinâmica do crescimento econômico na China tendo por base os seguintes condicionantes: as taxa de investimento; o grau de abertura comercial; o investimento direto estrangeiro; e a taxa de câmbio.¹

O presente trabalho visa analisar sob o ponto de vista teórico e empírico os principais determinantes do crescimento econômico na China nas últimas décadas, sendo que a análise histórica e os resultados apontam para o papel crucial desempenhado pela condução da política cambial, o desempenho das exportações e o

¹ O presente trabalho não inclui uma proxy para a variável capital humano, embora se reconheça a importância dessa variável no entendimento do crescimento econômico. Tal decisão se deve não apenas à baixa participação do trabalhador qualificado no crescimento chinês, mas também em função da dificuldade de obtenção de dados que pudessem ser utilizados como uma medida para capital humano na China, especialmente dados educacionais. Um dado que pode revelar a melhoria das condições de vida da população pode ser medido pelos gastos sociais, culturais e educacionais (National Bureau of Statistics of China) que em 1970 representavam 8,04% dos gastos totais e que em 2003 atingiram um patamar superior a 26%.

papel dos fluxos de capitais, em especial sob a forma de investimento direto estrangeiro (IDE).

Considerando a importância do cenário internacional sobre a economia chinesa, avaliar-se-á também o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio, bem como seus principais resultados. Além disso, duas seções são destinadas à análise da atual situação das relações comerciais da China com os Estados Unidos e Japão, seus principais parceiros comerciais.²

A seguir, é apresentada a questão da educação na China. Entende-se a educação como uma das mais importantes variáveis geradoras de capital humano, de modo que, qualquer país que vise ter uma economia forte e inovadora deve devotar especial atenção à qualidade e abrangência de suas instituições de ensino. É discutido nesse capítulo o sistema de ensino chinês, bem como o que o seu governo tem feito a respeito para melhorá-lo.

Por fim, encontra-se a conclusão do trabalho precedida por dois capítulos menores. O primeiro entendeu-se pertinente incluir devido à natureza do presente estudo, e destina-se à uma análise, ainda que breve, das principais teorias econômicas sobre o comércio internacional. Na qualidade de tema alvo de bastante discussão, bem como pertinente dado o tema do qual tratou o trabalho, o segundo capítulo, fazendo bastante referência ao que foi visto ao longo do estudo, discute as perspectivas para a manutenção do atual crescimento econômico da China nos próximos anos.

² Embora seja a União Européia a maior parceira comercial da China, optou-se por deixá-la de fora do estudo uma vez que atua na qualidade de um conjunto de países, ao contrário do Japão e dos Estados Unidos.

1. Algumas Variáveis Econômicas que Explicam o Crescimento Chinês

1.1 Introdução

As origens do crescimento da economia chinesa estão nas reformas pró-capitalistas, iniciadas em dezembro de 1978, na 3ª sessão plenária do XI Congresso do Comitê Central. Conhecidas como “Política de Portas Abertas”, foram implementadas sob a liderança ideológica do secretário-geral do PCC, Deng Xiaoping, e puseram em movimento as engrenagens da transição de um país basicamente rural para uma economia mais mercantilizada e integrada. O propósito do programa de reformas não foi abandonar o comunismo, mas melhorar o seu funcionamento através do aumento da participação dos mecanismos de mercado e da redução do controle direto do governo. Dentre as reformas, destacam-se o desmantelamento do sistema de comunas³ no campo, a possibilidade de abrir negócios privados (que, a partir de 1978, cresceram de 100.000 para 17 milhões em 1985), e a abertura para o Japão e o Ocidente como forma de aumentar o comércio e adquirir tecnologia.

No setor industrial, as principais inovações levaram a um aumento da autonomia das empresas que, por exemplo, agora teriam uma maior liberdade sobre questões referentes à produção, bem como a possibilidade do uso de bonificações para os trabalhadores mais produtivos e o direito de contratar e demitir mão-de-obra conforme fosse necessário. Dentre outras coisas, o governo também pôs em prática uma importante mudança no procedimento financeiro de suas unidades: Ao invés de enviar todo os lucros para o estado, como até então era feito, essas empresas passaram a pagar apenas um imposto sobre seus lucros, ficando o restante para ser usado em investimento ou para a distribuição de bônus para os trabalhadores. Junto com essas mudanças, a iniciativa privada também foi permitida, de modo que não é de se surpreender que tais inovações geraram maiores taxas de crescimento do produto, bem como um aumento na eficiência.

O comércio externo também não ficou de fora do alcance das reformas, de modo que medidas mais liberais permitiram empresas privadas e departamentos administrativos fora do Ministério do Comércio Exterior a atuar em negociações diretas

³ Na China moderna, comunas eram comunidades de caráter igualitário, criada com objetivos econômicos e políticos a partir de 1958. Na comuna, tudo era dividido, não havendo assim incentivo econômico para os agentes que nela atuavam, uma vez que o produto de seu trabalho era dividido por todos, colaboradores ou não. Tinha-se assim, um sistema altamente ineficiente, no qual surtos de escassez de alimentos não eram raros.

com firmas de outros países. Investimento externo e acordos de cooperação e crédito com empresas estrangeiras foram também legalizados a fim de facilitar a entrada do país no *mainstream* do comércio internacional. Como resultado, o valor das exportações e importações correspondeu a 15% do PIB em 1980, atingindo 21% em 1984; marcas impressionantes dado que esses valores raramente passavam de 10% antes de 1978.

Uma das medidas de maior sucesso do programa de reformas foi um sistema de contrato de responsabilidade de produção na agricultura, no qual famílias pobres que viviam em áreas montanhosas ou áridas recebiam um pedaço de terra para cultivar e, em seguida, vendiam determinada parte do produto para coletivo a um dado preço. Os agricultores responderam bem a esse sistema, de modo que se observou constantes reduções dos custos de produção e melhorias de produtividade. Por volta do fim de 1984, aproximadamente 98% da população rural atuava sob o sistema de contrato de responsabilidade, enquanto as comunas estavam praticamente extintas. Em apenas 20 anos a produção de cereais passaria de 300 para 500 milhões de toneladas.

Como sabemos, agentes econômicos respondem a incentivos, de modo que o surto de crescimento econômico chinês foi apenas uma questão do governo encontrar os incentivos certos aos quais sua população responderia da melhor forma. Embora com bom desempenho da economia tenham surgido uma série de problemas, como o aumento da corrupção e da desigualdade (principalmente o observado entre as províncias costeiras e as do interior, estas últimas tendo apresentado menor crescimento econômico) ficou decidido que compromisso com a continuidade das reformas continuaria em primeiro plano. Ficava assim evidente a mudança de concepção do PCC em direção ao desenvolvimento econômico, embora tenha havido uma clara opção pela manutenção de um regime político fechado e centralizado.

1.1.1 Um breve histórico da economia chinesa pós 1978

O sucesso das reformas as quais o governo chinês submeteu o país se fizeram notar logo em seus primeiros anos, sendo modificadas e/ou implementadas em maior escala conforme fosse a necessidade. A partir dos anos 80, a China passou a apresentar um crescimento médio de 9% ao ano.

Em 1994, a fim de garantir melhores resultados para suas exportações, o governo chinês adotou um regime de taxa de câmbio fixo, atrelando sua moeda a americana à paridade de 8,3 yuan por dólar (embora seja formalmente considerado como o de flexibilidade administrada com uma banda restrita). A taxa, altamente desvalorizada,

contribuiu para as exportações, que praticamente cresceram um terço em relação ao ano anterior (de 917,40 para 1.210,10 dólares – valores em 100 milhões), além de gerarem recorrentes pressões que se intensificaram nos últimos anos para que esta transite para um regime mais flexível. A partir de 1996, estabeleceu a plena conversibilidade do renminbi para as transações correntes.

Quando em 1997 estourou o que ficou conhecido por Crise da Ásia (durando até 1999), a China, embora tenha sido relativamente não afetada uma vez que, ao invés de títulos, mantinha a grande maior parte de seu investimento externo sob a forma de fábricas, evitando assim a fuga de capitais, não passou imune pelo período. Vemos na Tabela 1 que a taxa de crescimento do PIB chinês sofreu uma significativa queda na ocasião, indo de 10% em 1997 para aproximadamente 5% em 1999. Parte dessa queda se deveu à forma como seus competidores do sudeste asiático reagiram à crise, com preços por volta de 30 a 50% mais baratos do que alguns meses antes. Em resposta, a China teve de reduzir os preços de algumas de suas exportações, em uma tentativa de manter seu *market share*. Além disso, a queda do crescimento da China também é explicada pelo Japão e Estados Unidos, com os quais mantinha grandes relações comerciais e que acabaram por sofrer um duro golpe com a crise asiática, embora seus mercados não tenham entrado em colapso. Nos Estados Unidos, se observou o Índice Dow Jones cair cerca de 7,2% frente às preocupações com a Ásia, enquanto o Japão, que mantinha grande atividade comercial na região, teve inúmeras empresas levadas à falência e queda da taxa de crescimento de seu PIB em mais da metade. Esses fatos, naturalmente, acabaram por afetar as demandas desses países por produtos externos, dentre os quais, grande parte era proveniente da China. Dessa forma, o comércio externo da China sofreu um resfriamento que se refletiu em menores taxas de crescimento, chamando a atenção para o quanto o país era dependente do mercado externo. Felizmente, a China e os demais países envolvidos foram capazes de se recuperar relativamente bem, sem carregarem maiores cicatrizes. Nos primeiros anos que se seguiram, a China atingiu um patamar de crescimento em torno de 8,5%.

Com o lançamento do sistema de economia de mercado socialista pelo XIV Congresso do Partido Comunista Chinês em 1999 (que na prática já ocorria há alguns anos), no qual a reforma das empresas nacionais foi o segmento central, o governo estabeleceu os parâmetros da administração da abertura econômica e das relações comerciais. Embora ainda não se tratasse nessa fase, de um sistema plenamente liberalizado, mas no qual o distanciamento das empresas em relação ao governo era

gradual, por volta de 2000, cerca de 68.000 empresas tradicionais haviam se transformado em “empresas modernas”, das quais 80% passaram a “companhias de responsabilidade limitada”. O número de estatais sofreu forte redução ao longo do processo, passando de 250, para algo em torno de 150 mil, embora tenha ocorrido o fortalecimento as empresas de alguns setores de maior importância, como o das telecomunicações.

Em 2001 a China foi admitida na Organização Mundial do Comércio (OMC) e passou a abrir seu mercado às importações e a permitir investimentos estrangeiros nos setores de telecomunicações e bancos. Hoje é o quarto PIB do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Nos últimos anos, a China tem colecionado avanços no ranking mundial em diversas áreas, entre eles, destacamos: (i) a maior produtora em cereais, aço, TV e computadores; (ii) a segunda na captação de investimentos; (iii) a terceira em exportações; (iv) a terceira produtora de ouro (e prestes a tornar-se a segunda ainda em 2007, de acordo com Wu Junyun, vice-diretor geral da estatal China National Gold Group); (v) o quarto maior mercado de diamantes⁴; e (vi) a terceira maior parceira comercial do Brasil.

A Tabela 1 mostra a taxa de crescimento do PIB da China e de demais regiões e países para efeito de comparação no período de 1991 a 2003.

Tabela 1
Taxa de crescimento do PIB (%) para regiões e países (1991 a 2003)

Região/Economia	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Mundo	4,6	11,5	-3,1	7,5	11,0	2,5	-0,5
Países em desenvolvimento	4,0	36,2	-16,7	11,1	14,4	9,4	4,5
América Latina e Caribe	5,2	9,3	8,6	14,5	6,4	8,7	9,2
Argentina	34,2	20,6	3,5	8,8	0,1	5,5	7,6
Brasil	-12,3	-4,2	12,2	24,7	28,8	10,2	4,2
Chile	14,3	20,9	6,2	14,5	41,5	5,1	8,9
México	19,7	15,6	10,9	4,4	-32,0	16,1	20,6
Ásia	4,8	57,2	-27,9	11,4	19,5	10,2	2,3
China	6,2	11,0	3,3	25,7	29,1	16,6	10,0

⁴ A China, que apresenta baixa produção de diamantes, importou 78 milhões de dólares entre janeiro e março deste ano, uma alta de 170% em relação a 2006, cujo valor já fora 194% superior ao de 2005. A pedra é destinada não só ao mercado interno, mas também ao externo uma vez que o país, com uma mão-de-obra ainda barata, vem reforçando sua posição de vendedor de pedras de tamanho e polimento prestigiados, inclusive, por companhias estrangeiras.

Região/Economia	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Média*
Mundo	-0,8	3,7	2,7	-1,0	3,7	12,0	4,14
Países em desenvolvimento	-6,2	1,1	8,6	-1,4	0,5	10,4	5,84
América Latina e Caribe	0,3	-11,7	11,2	-2,9	-12,9	4,1	3,85
Argentina	2,1	-5,2	0,2	-5,5	-65,4	39,6	3,55
Brasil	-2,8	-33,3	14,5	-15,2	-11,2	10,2	1,98
Chile	-3,9	-8,0	2,6	-8,6	-1,5	7,0	7,62
México	5,0	14,1	20,9	7,4	2,1	-1,7	7,93
Ásia	-10,1	8,6	8,0	-0,5	7,1	11,7	7,87
China	5,3	4,8	9,0	8,8	7,7	11,4	11,45

Fonte: WEO e IFS

Dados originais do PIB em US\$ milhões

* Média para o período de 1991 a 2003

A análise dos dados da tabela acima não só revela as altas taxas de crescimento do PIB obtidas recentemente (uma média de 11,45% no período de 1991 a 2003), como também a folgada vantagem da China em relação aos demais países e regiões, valendo destacar a taxa de crescimento dos países em desenvolvimento que, com uma média de 5,84% para o período observado, atingiu praticamente metade do crescimento chinês. Em 2006, a China apresentou um crescimento de 10,7%, alcançando um PIB da ordem de 2,7 trilhões de dólares e ficando cada vez mais próxima de se tornar a terceira maior economia do mundo (posto hoje pertencente à Alemanha, com 3 trilhões de dólares).

Embora a presente importância da economia chinesa e a posição de destaque que deverá assumir nas próximas décadas no mercado internacional atraiam para si a atenção e o interesse das demais nações, seja em função das oportunidades ou das ameaças que ela representa, seu desenvolvimento se depara com uma série de problemas (“the dark side of china’s rise”, de acordo com Minxin Pei, diretor do *China Program at the Carnegie Endowment for International Peace*, em artigo de mesmo título). Dentre eles destacam-se a alta concentração de renda (o consumidor chinês é uma minoria privilegiada; segundo estimativas do *World Bank* e do próprio governo chinês, a desigualdade de renda cresceu pelo menos 50% nos últimos 30 anos), a má qualidade do serviço de saúde e educação (gastos do governo com educação caíram aproximadamente 20% em comparação com os anos 90, enquanto na área de saúde, os gastos do governo que nos anos 80 correspondia a 36% de todos os gastos com saúde, no ano 2000 correspondiam a apenas 15%), os altíssimos níveis de corrupção, e o desemprego.

O principal problema do modelo chinês é o fato de a abertura econômica não ter sido acompanhada pela abertura política. E embora a liberdade de mercado não tenha

sido estendida às outras instâncias da vida social, como a liberdade cultural, partidária, e de expressão e comunicação, acredita-se que a manutenção do bom desempenho da economia possa vir a trazer mudanças em um futuro não muito distante com a melhoria de renda e educação da população.

1.2 Taxa de Poupança e Investimento

O investimento é uma variável merecedora de bastante atenção, já que é um dos principais determinantes do desempenho da produtividade e do crescimento econômico de longo prazo de um país. A economia chinesa apresentou nas últimas décadas altas taxas de investimento que, em 2006, corresponderam à marca de 1,4 trilhões de dólares, aproximadamente metade de seu PIB (para efeito de comparação, a taxa de investimento, no Brasil, é de cerca de 20% do PIB). Tal crescimento foi acompanhado por quedas do consumo doméstico na participação do PIB, assinalando uma mudança na distribuição dos recursos econômicos do consumo para o investimento.⁵

O investimento, por sua vez, pode ser desagregado em três categorias: o investimento em capital fixo, o investimento residencial, e o investimento em estoques. Porém, dado a natureza do estudo, voltar-se-á a análise para o investimento em capital fixo, que compreende o gasto das empresas em maquinário durável, equipamentos e nas estruturas usadas na produção de bens e serviços.

A grande maioria dos investimentos dependem de empréstimos conseguidos juntos a instituições financeiras, que terão sua viabilidade determinada pela taxa de juros, ou seja, o custo de investir. Para um projeto de investimento ser lucrativo, seu retorno deve superar seu custo, de modo que, se a taxa de juros sobe, menos projetos de investimento serão lucrativos, levando assim à diminuição da quantidade de bens de investimento demandada. A taxa de juros, por sua vez, tenderá a ser maior conforme menor for a quantidade de recursos à disposição das instituições financeiras para oferta. Assim, tem-se na taxa de poupança um importante condicionante da taxa de investimento.

A Tabela 2 mostra a evolução da formação bruta do capital fixo e da poupança doméstica bruta entre o período de 1980 a 2003.

⁵ É importante registrar que, embora a participação do consumo doméstico no PIB tenha caído, a renda per capita e a qualidade de vida vêm apresentando consideráveis aumentos tanto nas áreas urbanas como rurais.

Tabela 2
Investimento e poupança na China em % do PIB (1980 a 2003)

Ano	FBKF	POUP
Média 1980 a 1990	28,62	35,01
1991	27,48	38,11
1992	31,22	37,72
1993	37,48	41,78
1994	36,05	43,06
1995	34,71	43,13
1996	34,38	41,73
1997	33,78	42,98
1998	35,27	42,34
1999	35,92	40,50
2000	36,46	39,00
2001	37,83	40,88
2002	40,24	43,37
2003	42,16	43,17

Fonte: WDI 2004

FBKF = Formação Bruta de Capital Fixo

POUP = Poupança Doméstica Bruta

Corroborando o que foi dito anteriormente, a tabela acima mostra com clareza a estreita relação entre o investimento e a poupança. Vê-se que no decorrer dos anos, em média, aumentos na taxa de poupança foram acompanhados de aumentos na taxa de investimento. Saindo de uma média de 29% nos anos 80, a China registrou recorrentes crescimentos nos anos 90, chegando ao início do século XXI a um patamar em torno de 42%. Quando comparados a outras economias em desenvolvimento (em 2004, a taxa de investimento na Índia foi de 30,1%), os dados apresentados acima revelam uma discrepância favorável à China, potencializando assim taxas de crescimento mais elevadas.

É importante nesta análise esclarecer por que a China tem taxas de poupança tão altas, enquanto o Brasil, por exemplo, tão baixas. Segundo estudiosos, mesmo com uma renda média menor, os chineses poupam muito porque não podem contar com o Estado na aposentadoria e nem no sistema de saúde, além do fato de não gastarem praticamente nada com a educação do país, majoritariamente pública. Dessa forma, com a poupança elevada, a China tem apresentado saldos em conta corrente em torno de 7%, o que significa que ela exporta poupança, ajudando a financiar o consumo de outros países como os Estados Unidos. A fim de aumentar o consumo doméstico, o governo deveria estabelecer um salário mínimo para os trabalhadores, bem como buscar a melhoria da qualidade e abrangência de seus programas de seguridade social.

1.2.1 Investimento direto estrangeiro

Este tema é um tanto mais complicado de tratar do que as demais visto a literatura disponível a seu respeito que, apesar de vasta, é bastante controversa na discussão dos principais determinantes do investimento direto estrangeiro (IDE). Segundo estudiosos, essa falta de consenso pode ser atribuída pelo menos em parte à falta de dados precisos e confiáveis a respeito dos fluxos de IDEs, bem como ao fato da maioria dos estudos empíricos analisarem seus determinantes agrupando diversos países que podem ser estruturalmente diferentes. Todavia, tendo em vista a considerável e crescente participação do IDE na formação de capital fixo na China, analisar-se-á alguns de seus determinantes sobre os quais há vasta concordância por parte dos pesquisadores, dentre os quais destacam-se os propostos por J.M. Giner e G. Giner em paper intitulado *An interpretative model of foreign direct investment in China: An economic policy approach*⁶.

A Tabela 3 mostra os fluxos de IDE para a China entre 2000 e 2003, bem como para outros países selecionados.

Tabela 3
Fluxos de IDE para a China e países selecionados (2000 a 2003)

País	2000		2001		2002		2003	
	Valor*	%**	Valor*	%**	Valor*	%**	Valor*	%**
Brasil								
Entrada	32.779	28,2	22.457	22,7	1.659	19,6	10.144	11,4
Saída	2.282	2,0	-2.258	-2,3	2.482	2,9	249	0,3
Argentina								
Entrada	10.418	22,6	2.166	5,7	785	6,4	478	1,9
Saída	908	2,0	161	0,4	-627	-5,1	774	3,1
México								
Entrada	16.586	13,4	26.776	21,5	14.745	11,8	10.783	8,9
Saída	984	0,8	4.404	3,5	930	0,7	1.39	1,1
China								
Entrada	40.715	10,3	46.878	10,5	52.743	11,5	53.505	12,4
Saída	916	0,2	6.884	1,5	2.518	0,5	1.8	0,4
EUA								
Entrada	314.007	15,8	159.461	8,1	6.287	3,3	29.772	1,5
Saída	142.626	7,2	124.873	6,4	11.534	6,0	151.884	7,5

⁶ Decidiu-se pelo uso desse paper, ainda que apenas em parte, devido à clareza de idéias que seus autores demonstraram ter no estudo ao incluir tanto variáveis econômicas como sociopolíticas para explicar as causas do IDE, não só assim quebrando com um paradigma há muito presente na literatura em questão, como também estando de acordo com a minha própria visão dos fatos.

Mundo

Entrada	1.387.953	19,8	817.574	12,0	678.751	10,1	559.576	7,5
Saída	1.186.838	17,1	721.501	10,8	596.487	9,0	612.201	8,4

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2004

* Valor em milhões de dólares

** Porcentagem da formação bruta de capital fixo (FBKF)

Nos dados acima, vê-se que a China tem apresentado nos últimos anos valores bastante altos na entrada de IDEs, ainda mais quando comparados às demais economias presentes na tabela. O fluxo de entrada de IDE no país aumentou de algo em torno de 40 bilhões de dólares em 2000 para um patamar acima dos 46 bilhões a partir de 2001, sendo que em 2003 atingiu a impressionante marca de 53 bilhões. Enquanto percentagem da formação bruta de capital fixo, a entrada de IDE se mostrou praticamente constante entre 2000 e 2001, vindo a sofrer aumentos nos anos seguintes. Tais números, bem acima daqueles verificados nas demais economias emergentes, nada mais são do que efeito das altas taxas do crescimento econômico chinês verificadas no período. Quanto à saída de IDE, apesar de ter se mantido baixa ao longo dos anos em análise, essa revelou considerável aumento em 2001, refletindo provavelmente mudanças nas estratégias de empresas multinacionais com atuação na China.

Quanto aos seus determinantes econômicos, esses podem ser divididos em 3 grupos, sendo eles a presença de vantagens competitivas específicas (que são propriedade de empresas multinacionais), presença de vantagens específicas de instalação (locação), e presença de vantagens comerciais. Caso apenas o primeiro conjunto de fatores esteja presente, as empresas voltam seu foco de atuação para as exportações, licenciamento ou venda de patentes para atender ao mercado externo. Caso os três fatores estejam presentes, os IDEs começam a ter uma preferência, sendo os fatores de instalação os únicos capazes de serem diretamente influenciados pelos governos dos países que recebem os IDEs. Compreendemos melhor os índices de IDE quando voltamos nossa atenção para as vantagens econômicas que a China oferece a seus investidores, dentre os quais destacamos os altos incentivos fiscais e financeiros do governo a diversas empresas de pequeno, médio e grande porte, baixos custos com mão-de-obra (tanto qualificada como não qualificada), boa infra-estrutura (como de rodovias, ferrovias, telecomunicações, eletricidade e água) e moeda altamente desvalorizada, incentivando as exportações ao tornar os produtos chineses relativamente mais baratos do que os estrangeiros e, conseqüentemente, mais demandados. Dentre os fatores sóciopolíticos, encontram-se a legitimidade do regime no poder, o grau de

nacionalismo, a estabilidade política, entre outros.

Em seu paper, Giner e Giner analisaram 3 variáveis como responsáveis pelo fluxo de IDE na China, sendo elas a estabilidade política, o ambiente econômico, e o fato da economia ser voltada para exportação. Além de relação positiva com os fluxos de IDE, como já era de se esperar, todas apresentaram alta de significância. A estabilidade política é considerada por muitos como a mais importante variável sóciopolítica uma vez que ela garante à empresa um ambiente livre de tensões que possam trazer grandes danos à suas atividades, como escândalos políticos, mudanças na liderança do país, manifestações, greves, violência, entre outros.

1.3 Comércio Internacional

Nas últimas duas décadas, o crescimento da China no comércio internacional tem sido surpreendente, assinalando o bom desempenho da economia e o ajuste das contas externas atreladas a recorrentes superávits comerciais. Como parte de sua estratégia de crescimento e industrialização, a China abriu sua economia ao comércio externo, ingressando na Organização Mundial do Comércio no final de 2001 e vindo a se tornar a terceira maior exportadora mundial em 2004 (era a nona em 1999), ficando atrás apenas da Alemanha e dos Estados Unidos (ultrapassado pela Alemanha em 2003). Estudos recentes apontam para a continuação da escalada chinesa no ranking mundial.

A Tabela 4 mostra o valor das exportações e importações chinesas, bem como o comportamento da balança comercial entre o período de 1978 a 2005.

Tabela 4
Exportações, importações e balança comercial (1978 a 2005)

Ano	Valor (em 100 milhões de dólares)			
	Total de export. e import.	Total de export.	Total de import.	Balança comercial
1978	206,4	97,5	108,9	-11,4
1980	381,4	181,2	200,2	-19,0
1985	696,0	273,5	422,5	-149,0
1989	1.116,8	525,4	591,4	-66,0
1990	1.154,4	620,9	533,5	87,4
1991	1.357,0	719,1	637,9	81,2
1992	1.655,3	849,4	805,9	43,5
1993	1.957,0	917,4	1.039,6	-122,2
1994	2.366,2	1.210,1	1.156,1	54,0
1995	2.808,6	1.487,8	1.320,8	167,0

1996	2.898,8	1.510,5	1.388,3	122,2
1997	3.251,6	1.827,9	1.423,7	404,2
1998	3.239,5	1.837,1	1.402,4	434,7
1999	3.606,3	1.949,3	1.657,0	292,3
2000	4.742,9	2.492,0	2.250,9	241,1
2001	5.096,5	2.661,0	2.435,5	225,5
2002	6.207,7	3.256,0	2.951,7	304,3
2003	8.509,9	4.382,3	4.127,6	254,7
2004	11.545,5	5.933,2	5.612,3	320,9
2005	14.219,1	7.619,5	6.599,5	1.020,0

Fonte: National Bureau of Statistic of China

Os dados indicam que se verificou recorrentes aumentos no déficit comercial entre o período de 1978 e meados da década de 80, quando a China registrou déficit recorde de aproximadamente 15 bilhões de dólares. Essa tendência, porém, se reverteu a partir dos anos seguintes, quando a economia chinesa passou a apresentar, com exceção de 1993, sucessivos superávits comerciais que atingiram a média de 13 bilhões de dólares na década de 90. Esse bom desempenho foi preservado no início do século XXI, até que, em 2005, as exportações chinesas cresceram em torno de 28% (saltando de 593 bilhões de dólares para 762 bilhões) que, com o crescimento das importações de aproximadamente 18%, levaram a balança comercial a atingir surpreendentes 102 bilhões de dólares, ou seja, um aumento de 218%.

A política comercial da China desenvolveu-se muito de acordo com as linhas de outros países asiáticos, incentivando as exportações e restringindo as importações. Incentivava-se, principalmente, o processamento e a exportação de produtos intermediários importados. Não tardou para empresas de todo o mundo se lançaram no mercado chinês em busca de vantagens como o baixo custo da mão de obra e de políticas favoráveis (manutenção de baixos impostos sobre componentes importados, por exemplo) para montagem e reexportação (“modelo dos gansos voadores”).

A China ampliou a sua participação no comércio mundial de menos de 1% em 1978 para algo em torno de 7% em 2005. A trajetória ascendente da relação entre exportações de bens e serviços e PIB na China, que em 1978 era 4,5% do PIB e em 2003 passou para 33% do PIB é decorrente de algumas principais mudanças no ambiente econômico chinês, sendo elas as reformas econômicas orientadas para o mercado, a taxa de câmbio desvalorizada⁷, os investimentos de corporações multinacionais, os altos volumes de investimentos diretos estrangeiros, o aumento nas

⁷ Segundo o economista Morris Goldstein, do Peterson Institute, o renminbi está 40% mais desvalorizado do que deveria.

importações de bens de capital (beneficiadas em grande parte pela adesão da China na OMC, o que torna o ambiente comercial do país cada vez mais aberto com a redução de impostos alfandegários) e o aumento na eficiência nas indústrias manufatureiras.

A estrutura setorial das exportações na China também mudou: em 1985, os produtos primários e manufaturados baseados em recursos naturais correspondiam a 49% do total; em 2000, essa participação era de apenas 12%, sendo que as exportações de manufaturas não baseadas em recursos naturais subiram para 89%. A participação das exportações intensivas em tecnologia e mão-de-obra qualificada também cresceu, de 3% em 1985 para 22% em 2000, e os dez principais produtos de exportação do país em 2000 (que refletiam 42% do total exportado) corresponderam a produtos dinâmicos no comércio internacional. Ao mesmo tempo, os produtos manufaturados representavam 79,2% da pauta de importações do país.

Em agosto deste ano, de acordo com dados da Organização Mundial do Comércio, a China fez história ao superar, pela primeira vez, a Alemanha e os Estados Unidos em volume de exportações. Nesse mês, os chineses exportaram 111,4 bilhões de dólares, ante 105,8 bilhões dos alemães. Uma das explicações dadas para o fenômeno, foi o fato de que o mês em questão corresponde às férias de verão na Europa, ou seja, quando a atividade econômica é naturalmente menor do que nos demais meses. É de entendimento geral que a marca não deve se repetir pelos próximos meses, mas o feito serviu para mostrar que ameaça chinesa em se tornar de vez a maior exportadora mundial veio para ficar. Segundo o vice-ministro do comércio chinês, Yu Guangzhou, a China ainda pode superar os Estados Unidos este ano (o volume de exportações da China foi 70 bilhões de dólares inferior ao dos Estados Unidos e o crescimento de suas exportações é 7% superior).

Mesmo com um menor nível de atividade econômica no verão, o fato é que no período de 2006 a China ainda não havia superado as da Alemanha, que exportaram 72 bilhões de dólares e 89 bilhões, respectivamente. Este ano, a China conseguiu pelo menos superar sua rival em um único mês (entre janeiro e agosto, os alemães lideraram o ranking de exportações com vendas acumuladas em 852 bilhões de dólares, enquanto os chineses somaram 766 bilhões), mas dado seu crescimento em mais de 20% ao ano, a China deve mudar a geografia do comércio mundial já a partir do ano que vem.

1.3.1 Grau de abertura comercial

Segundo a literatura econômica, entende-se por grau de abertura comercial, a soma das exportações e importações de um país sobre o valor do seu PIB. Nas últimas décadas, a China tem passado por um processo de significativa ampliação no seu grau de abertura comercial, conforme detalhado na Tabela 5.

Tabela 5
Grau de abertura em % (1980 a 2003)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
	13,61	16,77	16,25	15,76	18,84	24,10	26,54	27,32	27,18	26,24	31,85	35,52
Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	37,46	35,67	48,77	45,68	39,90	41,38	39,21	41,49	49,06	48,54	54,77	65,00

Fonte: WDI 2004

De acordo com os dados da tabela, o comércio exterior da China como proporção do PIB era da ordem de 21,26 % nos anos 80, passando por 39,69% no anos 90, e atingindo mais recentemente em 2003 um patamar em torno de 65%. Esses números tornam-se ainda mais impressionantes quando é levado em conta que o PIB também tem apresentado altas taxas de crescimento (uma média de 11,45% para o período de 1991 a 2003, segundo os dados da Tabela 1), de modo a ficar clara a importância cada vez maior desempenhada pelo comércio internacional no atual crescimento da economia chinesa.⁸

1.3.2 Regime cambial

A taxa de câmbio é uma importante variável macroeconômica uma vez que é ela que apresenta a relação do custo de uma moeda em relação à outra, assumindo assim papel central no comércio internacional. A fim de evitar confusão, entende-se neste estudo por taxa de câmbio desvalorizada, a moeda do país local, no caso, a China, mais barata do que a moeda do país com a qual a comparação é feita. Os regimes cambiais podem ser divididos em três, quais sejam: taxa de câmbio fixa, taxa de câmbio flexível, e taxa de câmbio flexível com intervenção.

Em um sistema de taxa de câmbio fixo, os bancos centrais estão sempre prontos para comprar e vender suas moedas a um preço fixo em termos de outra moeda a qual tenham sua paridade atrelada, a fim de financiar quaisquer superávits ou déficits de

⁸ Embora a associação positiva entre grau de abertura comercial e crescimento econômico não seja consensual na literatura sobre o tema, vê-se que esta se confirmou no caso chinês.

balanços de pagamentos que surjam à taxa de câmbio oficial. Para garantir que a taxa permaneça fixa, é necessário que o país mantenha um certo estoque de moedas estrangeiras para ser usado na troca por moeda doméstica. Já em um sistema de taxa de câmbio flexível, os bancos centrais permitem que a taxa de câmbio se ajuste para equacionar a oferta e a demanda por moeda estrangeira. Por fim, em um sistema de taxa de câmbio flexível com intervenção, ou sob flutuação controlada, os bancos centrais intervêm para comprar ou vender moedas estrangeiras na tentativa de influenciar as taxas de câmbio, de modo a não deixá-las sair de uma certa banda de flutuação.

A Tabela 6 mostra a taxa de câmbio entre o yuan e o dólar para o período de 1981 a 2004, enquanto a Tabela 7 mostra o índice de taxa de câmbio real efetiva também para o mesmo período.

Tabela 6
Taxa de câmbio (yuan/dólar) (1981 a 2004)

Ano	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
	1,75	1,92	1,98	2,8	3,2	3,72	3,72	3,72	4,72	5,22	5,43	5,75
Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	5,8	8,45	8,32	8,3	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28

Fonte: PBOC e IFS

Tabela 7
Índice de taxa de câmbio real efetiva (2000 = 100) (1981 a 2004)

Ano	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
	256,88	245,31	241,16	215	182,45	132,86	115,83	96,46
Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
	111,27	98,94	87,75	78,9	69,81	75,9	84,57	92,76
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	98,84	100,81	97,51	100	104,32	102,64	96,69	94,99

Fonte: IFS - 2005

Ao longo do processo de reformas, o regime cambial chinês passou de um mecanismo centralizado de controle para um sistema dual em 1986, seguido por um período de flutuação administrada com uma banda restrita até ser atrelado ao dólar em 1994, o que o explica em boa parte o bom desempenho do saldo comercial chinês no período mais recente. Ao longo do ano e início de 1995, houve uma apreciação cambial, na qual a taxa passou de 8,7 yuan/dólar para 8,3 em maio de 1995. Em outubro de 1997 ocorreu uma ligeira apreciação do câmbio, que passou a ter a paridade de 8,28

yuan/dólar, cotação que foi mantida até julho de 2005.⁹

Huang e Wang (2004) analisam a experiência chinesa sob o ponto de vista da escolha do regime cambial e destacaram que, apesar do atual regime de fixação da taxa de câmbio em relação ao dólar estar associado a bons resultados macroeconômicos (contas externas e crescimento sem comprometimento inflacionário), o processo de integração comercial e financeira pelo qual vem passando a China deve resultar na adoção de um regime cambial mais flexível. Porém, afirmam que tal mudança deve ser implementada de maneira gradual e com cuidado, de modo a não afetar aspectos como os fluxos especulativos de capitais e a estabilidade do sistema financeiro, uma vez que haveria o risco de comprometer o crescimento econômico do país, bem como suas relações financeiras e comerciais com os seus principais parceiros.

As crescentes acumulações de reservas que a China vem registrando, bem como protestos de países insatisfeitos com a política cambial chinesa, vêm trazendo pressões de valorização do câmbio. A autoridade monetária chinesa, por sua vez, em ordem de manter a taxa estável, vem atuando recorrentemente no mercado de divisas, o que acaba trazendo grandes custos de esterilização para o governo dado que para que esta compra de divisas não incorra no aumento da base monetária (e conseqüentemente em inflação), o governo precisa vender títulos, cuja aceitabilidade vem caindo no mercado.

As reclamações sobre a rigidez cambial da China vêm principalmente dos Estados Unidos, União Européia e Mercosul, os quais argumentam que a manutenção de uma taxa de câmbio fixa e artificialmente desvalorizada tem repercussões desfavoráveis em termos da competitividade de suas exportações. Estes países reivindicam por uma flexibilização da taxa de câmbio chinesa, cuja conseqüência seria a valorização do renminbi e conseqüente perda de mercado por parte dos produtos chineses.

Atualmente há muito debate entre economistas de todo mundo quanto a atual postura da China em não flexibilizar seu regime cambial. De acordo com Frankel (2005), a taxa de câmbio deveria ser flexibilizada (ainda que gradualmente) basicamente pelos seguintes motivos: (i) cálculos baseados na relação de Balassa-Samuelson¹⁰ sugerem que o valor do renminbi é baixo não somente em relação ao dólar ou outras moedas de países desenvolvidos, mas substancialmente abaixo do valor de equilíbrio para um país no estágio de desenvolvimento da China; (ii) a economia encontra-se sobre

⁹ Nesse mês ocorreu uma valorização do yuan de 2,1% e a rigidez da taxa de câmbio passou a ser dada em função de uma cesta de moedas e não apenas em relação ao dólar.

¹⁰ Relação proveniente do modelo de diferenciais de produtividade, atribuído a Balassa (1964) e Samuelson (1964).

aquecida e as pressões inflacionárias já se mostram relevantes, sendo que uma flexibilização cambial associada a uma apreciação da taxa de câmbio deve minimizar tais pressões; (iii) um país grande como a China requer um regime cambial com alguma flexibilidade e a experiência de outros mercados emergentes indica que o abandono de um regime fixo deve ocorrer antes que a moeda local seja vítima de um ataque especulativo; e (iv) embora o nível de reservas seja uma importante forma de proteção para uma eventual crise monetária, esse já se encontra suficientemente alto para tal.

Já Sun e Ma (2005), adotando uma postura contrária, argumentam que: (i) os problemas que a China vem enfrentando com o desemprego se tornariam ainda mais complicados com a conseqüente valorização do renminbi, uma vez que o setor exportador é o principal absorvedor de mão-de-obra; (ii) a conseqüente valorização do renminbi causaria uma crise do setor bancário (fato que ocorreu na Coreia do Sul e no Japão); e (iii) como a maior parte das reservas chinesas estão em dólar, a desvalorização da moeda americana frente ao renminbi levaria a perdas significativas.

Independentemente da postura adotada pelos estudiosos em relação à flexibilização da taxa de câmbio chinesa, todos parecem concordar que um regime de câmbio fixo é intrinsecamente vulnerável, de modo que a sua flexibilização por parte do governo chinês irá eventualmente ocorrer. Nos nove primeiros meses deste ano, a China alcançou um superávit comercial recorde de 185,65 bilhões de dólares, o que deve intensificar os apelos formulados pelos Estados Unidos e pela União Européia para a valorização do renminbi. A questão que fica é saber por quanto tempo a autoridade chinesa resistirá às pressões e quais as conseqüências que a flexibilização trará à economia.

1.3.3 Ingresso na Organização Mundial do Comércio

A China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de dezembro de 2001, após quinze anos de negociações, a mais longa da história do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*). Segundo Pei e Peng (2007), a China não apenas aumentou sua presença no *mainstream* no comércio mundial, como também tem aprendido sobre as regras básicas de economias de mercado e aumentado sua adaptabilidade à mudanças na economia internacional. O acordo concretizou o processo de modernização da economia da China que, desde então, revelou ser um valoroso membro da OMC ao se esforçar bastante no período de transição por que passa para cumprir com seus compromissos, dentre os quais destacam-se reduções tarifárias,

abertura do comércio de serviços, e aumento da proteção de direitos de propriedade intelectual.

De acordo com os compromissos no comércio de bens ao ter acesso à OMC, a China tem reduzido radicalmente suas tarifas sobre diversos produtos. Nos quatro primeiros anos que seguiram o ingresso, observou-se a tarifa média ser reduzida de 15,3% para 9,9%.¹¹ Em 1º de janeiro de 2005, a China já havia cumprido a maior parte de suas obrigações em termos de reduções tarifárias. O país também tem progressivamente abandonado medidas não-tarifárias (como quotas de importação, por exemplo) na importação de 424 produtos.

A China também tem mostrado avanços na abertura de comercial de serviços ao modificar e implementar uma série de leis e regulamentações em construção, turismo, seguros, distribuição¹², telecomunicações e outros. Dos mais de 160 serviços comercializados, a China já abriu aproximadamente 100; considerável quantidade quando levado em conta que, dos países membros da OMC, os desenvolvidos contam com 108, enquanto os em desenvolvimento contam com apenas 54.

Desde o ingresso na OMC, quase todas as leis e regulamentações envolvendo direitos de propriedade intelectual foram revisadas de modo a estarem mais de acordo com o desenvolvimento da economia mundial.

As importações e as exportações da China têm crescido de maneira sustentável e rápida desde seu ingresso na OMC, resultando em grandes superávits na balança comercial e aumentos nas reservas internacionais. Embora a atual situação dessas variáveis ainda não tenha trazido instabilidade macroeconômica, a China, assumindo responsabilidade de grande país e em resposta a preocupações de seus parceiros comerciais, tem adotado políticas visando a redução do superávit.

O ministro do comércio da China, Bo Xilai, afirmou que a partir do ingresso na OMC, o país obteve visíveis progressos na construção do sistema de mercado chinês e na estrutura econômica multilateral, além de elevar a qualidade de vida. Segundo ele, o término do período de transição não irá significar o fim da abertura do país. No futuro, a China continuará aplicando a política de reforma e abertura, intensificando e

¹¹ No mesmo período, a tarifa média na produção agrícola passou de 23,2% para 15,2%; na produção industrial, de 14,8% para 9%; em veículos montados, de 69,2% para 25%, e de 22,9% para 10,4% em partes e acessórios; e em papel, de 17,2% para 6,7%.

¹² Em termos de distribuição, a China quebrou o monopólio dos seus dois maiores grupos (China Oil e China Petrochemical) na produção de petróleo e produtos derivados, permitindo assim o ingresso de outras empresas no setor.

melhorando o sistema de comércio multilateral, tratando adequadamente as disputas comerciais. Por sua vez, o secretário-geral da OMC, Pascal Lamy, se diz satisfeito com o comportamento da China e considera o país um exemplo a ser seguido pelos novos membros da entidade.

1.3.4 Comércio bilateral com os Estados Unidos

Desde 2001, as exportações americanas destinadas à China cresceram cinco vezes mais rápido do que para com o resto do mundo, enquanto a China passou de nona para a quarta maior exportadora para os Estados Unidos. Em 2004, as exportações americanas para a China cresceram impressionantes 22%, seguidos de 21% em 2005, e 32% em 2006, tornando as exportações destinadas à China as de maior crescimento nos últimos anos.

A Tabela 8 mostra o valor do comércio dos Estados Unidos com a China, bem como o comportamento da balança comercial entre o período de 2000 a 2006.

Tabela 8
Comércio dos Estados Unidos com a China (2000 a 2006)

Ano	Valor (em milhões de dólares)			
	Total de export. e import.	Total de export.	Total de import.	Balança comercial
2000	116.203,4	16.185,2	100.018,2	-83.833,0
2001	121.460,7	19.182,3	102.278,4	-83.096,1
2002	147.320,3	22.127,7	125.192,6	-103.064,9
2003	180.804,0	28.367,9	152.436,1	-124.068,2
2004	231.426,1	34.744,1	196.682,0	-161.937,9
2005	285.395,4	41.925,3	243.470,1	-201.544,8
2006	342.960,1	55.185,7	287.774,4	-232.588,7

Fonte: U.S. Census Bureau, Foreign Trade Division, Data Dissemination Branch, Washington, D.C. 20233.

De acordo com os dados da tabela, nos últimos anos, principalmente aqueles que seguiram o ingresso da China na OMC, o volume comercializado entre os países passou de uma taxa de crescimento em torno de 4% em 2001, para mais de 21% já no ano seguinte, atingido um patamar de 20% em 2006, com um volume comercializado correspondente a 343 bilhões de dólares. As importações pelo lado dos americanos também têm evoluído significativamente, apresentando uma taxa de crescimento de 18% em 2006.

Apesar dos efeitos positivos desse comércio, a relação entre os países de tornou uma grande preocupação para os dois lados, não apenas por causa do grande volume comercializado, mas também devido a questões geradas pelo próprio comércio. De acordo com o relatório emitido pelo US Trade Representative Office (USTR) em 2006, as preocupações dos Estados Unidos com o comércio com a China incluem: a manutenção de barreiras sobre produtos americanos; a falha em proteger direitos trabalhistas e direitos de propriedade intelectual; preocupações com o meio ambiente, crescente superávit chinês na balança comercial¹³; entre outros. Além dessas, o regime cambial chinês, também se mostra um motivo de preocupação, já que muitos acreditam ser essa a principal causa da entrada de grandes volumes de produtos chineses em território americano, contribuindo assim não apenas para seu déficit comercial, mas também para a grande concorrência que certos produtos americanos enfrentam em seu próprio território.

Assim, o governo dos Estados Unidos tem feito recorrentes apelos às autoridades chinesas para que ponham em prática o compromisso que assumiram no anúncio de sua nova taxa de câmbio em 21 de julho de 2005 e movam gradualmente em direção de um regime cambial flexível.

1.3.5 Comércio bilateral com o Japão

Conforme a China se tornou uma plataforma de exportação para empresas multinacionais, o foco das exportações japonesas mudou de bens finais destinados aos Estados Unidos e Europa para componentes direcionados à China, ao mesmo tempo em que a origem de suas importações do continente Americano, Europa e Tigres Asiáticos mudou para a China. O comércio bilateral entre o Japão e a China mais do que dobrou em 5 anos, atingindo 207 bilhões de dólares em 2006, correspondente a aproximadamente 17% de todo seu comércio internacional, que aumentou em torno de 12,4% em relação a 2004, de acordo com a General Administration of Customs (GAC). Porém, o Japão, embora o seja o terceiro maior parceiro comercial da China (e próximo de se tornar o segundo), observou uma perda em sua participação no comércio internacional chinês nos últimos anos. Essa perda correspondeu a um valor 5,4% menor do que em 2001, segundo a GAC.

As exportações japonesas tem crescido em ritmo acelerado nos últimos anos.

¹³ Apenas nos oito primeiros meses de 2007, o déficit americano no comércio bilateral com a China já somava aproximadamente 164 bilhões de dólares.

Passaram de uma taxa de 8,8% em 2005, para 15,6% no ano seguinte. Dos produtos cuja exportações colaboraram para esse significativo aumento, encontram-se câmeras digitais, veículos, entre outros. Já as exportações Chinesas, passaram de uma taxa de crescimento de 15,8% em 2005 para 8,5% em 2006. De tal queda, muito se atribuiu à queda da demanda por produtos audiovisuais e ao controle mais rígido sobre a importação de produtos agrícolas.

Nos sete primeiros meses deste ano, o comércio entre as duas nações somou 130 bilhões de dólares, um aumento de 15,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo analistas, o comércio bilateral deve continuar crescendo ainda mais rápido pelos próximos meses conforme os conflitos políticos entre os países se esfriam.

2. A Questão da Educação

Partindo do princípio que a educação já foi consagrada por estudiosos de todo o mundo como uma variável importante para o bem estar econômico de um país, é de relevo voltar a atenção para o que o governo chinês tem feito a respeito, bem como os resultados observados e o que ainda há por fazer.

Na China, a educação obrigatória, majoritariamente pública, divide-se entre primária, com um período de seis anos e secundária de primeiro ciclo (o correspondente ao ensino médio no Brasil), com três. Os alunos ficam dispensados do pagamento de anuidades ou mensalidades, com exceção dos gastos anuais com livros e materiais didáticos (cujos custos variam entre 12 e 15 dólares). Segundo as últimas estatísticas, o país possui mais de 400 mil escolas primárias e 120 milhões de alunos e professores, enquanto que nas escolas secundárias de primeiro ciclo o número de escolas cai para 60 mil, com 60 milhões de alunos e professores. O índice de freqüência escolar está acima de 98%. Já a educação superior (que inclui licenciatura, pós-graduação e doutorado), absorve em média 20 milhões de alunos (em torno de 17% da população total com idade correspondente), e conta com 3 mil universidades, das quais cerca de dois terços pertencem à rede pública de ensino, com crescente participação da rede privada.

O programa de reforma e desenvolvimento da educação elaborado pelo governo em 1993, teve como metas a implementação da educação obrigatória de nove anos para pelo menos 85% da população, bem como a erradicação do analfabetismo em 95% da população com mais de 15 anos até o ano 2000. Felizmente os esforços do governo têm surtido resultado, de modo que, em 2004, a educação obrigatória já se fazia presente para aproximadamente 94% da população, e o analfabetismo adulto, de acordo com o *China Population Statistics Yearbook 2005*, fora reduzido para algo em torno de 10%.

Recentemente, o ministério da Educação da China lançou novas medidas para estudantes no exterior financiados pelo governo chinês, dentre as quais destaca-se o compromisso de trabalho do aluno beneficiado para com o país. "Os alunos que estudam no exterior patrocinados pelo governo deverão regressar ao país no período adequado e trabalhar na China durante um mínimo de dois anos", diz a nova regulamentação, uma vez que tem sido cada vez mais comum os alunos qualificados irem buscar emprego fora do país. Nos últimos 10 anos, o governo enviou cerca de 27.000 alunos ao exterior, dos quais 97% voltaram em tempo.

A Tabela 9 mostra a evolução dos gastos do governo em educação para o período

de 1990 a 2004.

Tabela 9
Gastos do governo em educação (1990 a 2004)

Ano	Gastos em educação		Gastos totais do governo		PIB (100 milhões de yuans)
	Valor (100 milhões de yuans)	Aumento (%)	Valor (100 milhões de yuans)	Aumento (%)	
1990	462,50	-	5.790,70	-	18.668
1991	532,40	15,1	6.478,90	11,90	21.782
1992	728,80	36,9	7.392,10	14,10	26.924
1993	867,80	19,1	5.956,60	-19,40	35.334
1994	1.174,70	35,4	7.503,00	26,00	48.198
1995	1.411,50	20,2	9.155,00	22,00	60.794
1996	1.671,70	18,4	11.775,90	28,60	71.177
1997	1.862,50	11,4	11.919,10	1,20	78.973
1998	2.032,50	9,1	14.491,40	21,60	84.402
1999	2.287,20	12,5	17.702,30	22,20	89.677
2000	2.562,60	12,0	21.333,90	20,50	99.215
2001	3.057,00	19,3	24.981,30	17,10	109.655
2002	3.491,40	14,2	28.778,10	15,20	120.333
2003	3.850,60	10,3	31.744,60	10,30	135.823
2004	4.465,90	16,0	-	-	159.878

Fonte: China Statistical Yearbook 2006, China Statistics Press 2006.

Segundo os dados da tabela acima, os gastos do governo chinês na educação sofreram um grande aumento em um período relativamente curto; de 46 bilhões em 1990 para 447 bilhões de yuans em 2004. Não devemos deixar, no entanto, que esse aumento absoluto nos cegue para as demais questões de relevo. A tabela também explana os gastos totais do governo, e é a sua comparação com os gastos em educação que nos leva a observar a contradição entre a prioridade dada à educação na política do governo e a alocação dos gastos destinados à mesma. Em 1990, os gastos com educação correspondiam a 8% dos gastos totais, e a apenas 2,5% do PIB. Treze anos depois, em 2003, os gastos com educação aumentaram para 12% dos gastos totais, e para 2,8% do PIB (este último permanecendo constante em 2004).

Para uma perspectiva internacional, a Tabela 10 mostra os gastos dos governos de diversos países como percentagem do PIB.

Tabela 10**Gastos do governo em educação em % do PIB para a China e diversas regiões**

Região	1980	1997	2004
China	2,5	2,3	2,8
Mundo	3,9	4,8	-
Países de renda baixa	3,4	3,3	-
Países de renda média	3,8	4,8	4,4
Países de renda alta	5,6	5,4	5,6

Fontes: dados internacionais do World Bank, World Development Report 2000/2001 e World Bank, World Development Indicators 2006; dados da China do China Statistical Yearbook 2006, China Statistical Press, 2006.

Como se vê na tabela acima, os gastos do governo chinês em relação ao PIB ao longo dos anos em questão, revelou-se consideravelmente mais baixo do que a média mundial. Embora não se tenha dados mundiais para 2004, o baixo aumento observado na China corrobora com a crença de que a diferença não sofreu grande redução, uma vez que os dados dos países de renda média têm se mostrado uma boa aproximação para a média mundial.

Conclui-se assim que, apesar das recentes melhorias no sistema de educação, a China ainda tem um longo caminho a percorrer, tanto na melhoria de sua qualidade (principalmente nas universidades), como na reforma das perspectivas que elas lançam sobre os estudantes. As restrições existentes na fixação de salários no mercado de trabalho não incentiva a busca de qualificação por parte dos trabalhadores ou sua permanência no país. Segundo a Embaixada da China no Brasil, o desemprego é bastante alto para a mão-de-obra qualificada; apenas 70% dos universitários formados encontram empregos de nível superior, de modo que o restante termina por procurar trabalho no exterior ou aceitando ocupações de baixa remuneração. Segundo acreditam muitos estudiosos, a China precisa reverter esse quadro o quanto antes uma vez que, embora a qualificação da sua força de trabalho não tenha desempenhado um papel essencial no recente crescimento econômico do país, as condições para sua manutenção nos próximos anos dependerão em grande parte dela conforme o país segue absorvendo tecnologia internacional e a quantidade de mão-de-obra desqualificada disponível diminui.

3. Principais Teorias Econômicas do Comércio Internacional

3.1 Introdução

O comércio internacional existe devido a basicamente dois motivos, cada um deles contribuindo, naturalmente, para o ganho do comércio dos países participantes. O primeiro fator que possibilita sua existência são as diferenças que os países possuem entre si que, se bem aproveitadas, podem trazer grandes benefícios aos lados. Essa é a idéia sobre a qual se baseiam as vantagens comparativas. O segundo são as economias de escala (ou retornos crescentes) na produção, conceito este que se aplica à determinada indústria (ou empresa) que se torna cada vez mais eficiente conforme o custo médio de cada unidade produzida diminui ao aumentar-se a escala da produção. Ou seja, o produto de uma indústria mais do que dobrará se seus insumos dobrarem. A análise de cada um desses motivos se encontra nas duas seções a seguir.

3.2 Vantagem comparativa

Segundo o conceito de vantagem comparativa, assim como os indivíduos, os países podem se beneficiar de suas diferenças chegando a um arranjo em que cada um atue na produção daquilo que faz melhor em relação aos demais. As diferenças entre os países no que diz respeito às vantagens comparativas se encontram nos custos que eles enfrentam na produção de algo específico. Custos esses que podem ser determinados pelo clima da região, necessidade de transporte, qualificação da mão-de-obra, tempo despendido, nível tecnológico, abundancia dos insumos primários, entre outros.

Considere, por exemplo, dois países que produzam computadores e rosas.¹⁴ O primeiro país tem uma mão-de-obra qualificada e clima caracterizado por baixas temperaturas, enquanto o segundo país tem sua mão-de-obra não tão qualificada quanto ao do primeiro, mas clima bastante ameno.

Entende-se que a produção de rosas sofra certas dificuldades no primeiro país que não encontra no segundo. Devido ao clima frio, o primeiro país precisa fazer uso de estufas aquecidas, que colaboram com o consumo de energia e exigem maiores investimentos. Custos que o segundo país, de clima favorável ao cultivo de rosas, não tem.

O mesmo raciocínio se aplica a produção de computadores. É fácil compreender

¹⁴ Exemplo obtido de Maurice Obstfeld e Paul Krugman, “Produtividade do trabalho e vantagem comparativa: o modelo ricardiano”, em: Economia Internacional – Teoria e Política.

que o primeiro país, de mão-de-obra mais qualificada do que o segundo, irá produzi-los mais facilmente, não demandando uma quantidade de trabalhadores/hora tão grande quanto ao outro para produzir determinada quantidade.

Suponha que o custo de oportunidade de produzir 10 milhões de rosas seja 100 mil computadores para o primeiro país, enquanto que o custo de oportunidade de produzir 10 milhões de rosas seja 30 mil computadores para o segundo país. Vê-se assim que, ao decidir pela produção de 10 milhões de rosas por ano, o primeiro país deixa de produzir considerável quantidade de computadores, ao passo que o segundo país deixa de produzir grande quantidade de rosas quando opta pela produção de apenas 30 mil computadores. Não seria melhor então, para ambos os lados, se cada país focasse sua produção naquele bem em que possui vantagem comparativa (sendo o primeiro na produção de computadores e o segundo na de rosas)? Sim, e é exatamente isso que defende o conceito de vantagem comparativa aplicado ao comércio internacional.

A Tabela 11 mostra as mudanças que ocorreriam na produção anual dos dois tipos de bens em cada país, caso eles se especializassem na produção do bem em que possuem vantagem comparativa.

Tabela 11
Mudanças na produção dos países após especialização

	Rosas	Computadores
Primeiro país	- 10.000.000	+ 100.000
Segundo país	+ 10.000.000	- 30.000
Total	0	+ 70.000

Segundo os dados da tabela, o segundo país aumentaria em 10.000.000 a sua produção de rosas, enquanto o primeiro diminuiria a sua em igual valor, não alterando assim a oferta total de rosas. Já no mercado de computadores, a oferta total aumentaria em 70.000, refletindo a maior eficiência do primeiro país em relação ao segundo na produção do bem. Fica claro, portanto, que com esse novo arranjo o primeiro país importará as rosas do segundo que, por sua vez, importará os computadores do primeiro, estando ambos em melhor situação do que anteriormente.

Embora os países possam fazer diversos arranjos como o exemplificado acima, isso não significa que eles acontecerão de forma automática, ou até mesmo que acontecerão. Embora não seja objetivo do presente estudo discutir tal assunto, vale dizer que questões dessa natureza são analisadas mais a fundo em modelos de comércio internacional desenvolvidos ao longo dos anos, como o modelo de Ricardo (no qual o

comércio internacional acontece devido apenas a diferenças na produtividade do trabalho entre os países), o modelo de Heckscher-Ohlin (na qual o comércio internacional acontece, em grande parte, devido a diferenças entre os recursos dos países), entre outros.

Foi no decorrer das últimas duas décadas que se afirmaram as vantagens comparativas da China em setores intensivos em mão-de-obra; em geral o de manufaturas (do total exportado, aproximadamente 39% corresponde a manufaturas intensivas em mão-de-obra). As vantagens proporcionadas pelos baixos custos de produção não vêm apenas dos baixos salários pagos aos trabalhadores e sua crescente produtividade (não raro fabricantes atingem seu menor custo operacional substituindo maquinário e tecnologia por mão-de-obra¹⁵), mas também dos baixos juros, dos diversos tipos de subsídios, do câmbio favorável à exportação, dos baixos custos de adequação à lei, dos impostos razoáveis, entre outros. Tem-se assim um cenário extremamente favorável à economia chinesa, de modo que mesmo aumentos nos salários da mão-de-obra não serão capazes de acabar com as vantagens comparativas do país nesses setores, devendo estas perdurar, *ceteris paribus*, pelas décadas seguintes.

Ironicamente, é também em sua mão-de-obra que a China encontra grande parte da causa de suas desvantagens comerciais. Ainda bastante atrasada, dificulta o ingresso do país de forma competitiva em setores que exijam maior qualificação do trabalhador, como o eletromecânico e de tecnologia da informática. Embora a China exporte cada vez maior quantidade de produtos tecnológicos, é importante observar que aproximadamente 50% de suas partes e componentes são importados, cabendo à mão-de-obra apenas a sua montagem para obter o bem final.

3.3 Economias de escala

Assim como acontece com as vantagens comparativas, os países podem se beneficiar de suas economias de escala ao chegarem a um arranjo no qual aquele (ou aqueles) que apresente os retornos crescentes mais acentuados em determinado produto (caso se observem diferenças tecnológicas entre os países) ficaria encarregado de concentrar sua produção e suprir o mercado mundial. Os demais países, por sua vez,

¹⁵ Exatamente o oposto do ocorrido nas economias da OCDE nos últimos 40 anos, quando maiores níveis salariais estimularam a introdução de tecnologias e inovações redutoras de custos. A fábrica do Toyota Camry em Guangzhou, cidade do sul da China, parte do mais moderno aparato automobilístico chinês, é apenas 50% automatizada (enquanto uma planta similar no Japão seria aproximadamente 95% automatizada).

deixando de atuar naquela indústria, poderiam passar a operar com maior força em outras atividades, como as que fossem consideradas pouco exploradas, ou até mesmo aquelas nas quais eles próprios possuísem maiores ganhos de escala do que os demais, dando-se assim início a um novo ciclo.

Suponha, por exemplo, que a relação entre trabalho (único insumo) e produto se dê de acordo com os dados da Tabela 12.¹⁶

Tabela 12
Relação entre o insumo trabalho e produto

Produto	Insumo trabalho	Insumo trabalho por produto
5	10	2,00
10	15	1,50
15	20	1,33
20	25	1,25
25	30	1,20

Supondo que dois países, A e B, de tecnologias semelhantes, produzissem 10 unidades de produto cada um, um total de 30 unidades de insumo seriam despendidas. Porém, ao concentrar-se a as 30 unidades de insumo para a produção em um único país (considere o país A), o produto atingiria a marca de 25 unidades, número maior do que quando ambos os países atuavam juntos. Além disso, o menor custo médio se refletiria em menores preços sem perda da qualidade do produto, beneficiando tanto antigos, como novos consumidores.

A fim de conseguir a quantidade de trabalho necessária para produzir as 25 unidades de produto, o país A teria de diminuir a produção de alguns bens de modo a conseguir a mão-de-obra necessária para garantir o aumento da produção do bem que foi concentrada. Mas o país B, por sua vez, teria seus trabalhadores dispensados da produção que foi concentrada no país A direcionados para atividades nas quais haveria aumento de produção; não por acaso justamente aquelas nas quais o país A precisou diminuir sua atuação. Vê-se assim que, os retornos crescentes não só levaram a menores preços e maiores quantidades, mas também o fizeram sem diminuir a variedade de consumo.

Esse exemplo revela a importância do comércio internacional, que oferece uma oportunidade de ganhos mútuos mesmo quando os países não diferem entre si em

¹⁶ Exemplo obtido de Maurice Obstfeld e Paul Krugman, “Economias de escala, concorrência imperfeita e comércio internacional”, em: Economia Internacional – Teoria e Política.

termos de recursos ou tecnologia, possibilitando que cada um concentre a produção de determinado número de bens, produzindo-os mais eficientemente do que se tentasse produzir tudo por si mesmo. Esses arranjos, porém, não são tão simples como o exemplo pode sugerir, sendo necessário o estudo das estruturas de mercado nas quais as economias dos países estão inseridas, a fim de analisar os modelos de comércio baseados em economias de escala.

Aproximadamente 15% dos produtos nos quais a China é competitiva no comércio internacional possuem economias de escala. Assim como os bens que apresentam vantagens comparativas, boa parte dos produtos caracterizados por retornos crescentes são intensivos em mão-de-obra, ressaltando-se assim mais uma vez a importância das peculiaridades dessa variável na China como motor das exportações.

Conforme a maioria dos países em desenvolvimento percebe que suas economias devem ser baseadas nos princípios das economias de escala e das vantagens comparativas, nota-se uma crescente busca por produtos e setores através dos quais ganhariam maior inserção no comércio mundial. Uma vez que os grandes benefícios que essas duas principais teorias do comércio internacional prevêm ainda estão por serem esgotados (como no caso chinês, no qual os crescentes aumentos na absorção de tecnologia exterior vão, aos poucos, revelando novas possibilidades), não resta dúvida que o aprofundamento do processo de globalização não irá cessar tão cedo.

4. Perspectivas para a Manutenção do Atual Crescimento nos Próximos Anos

Desde o início do crescimento acelerado da China, sempre houve muita discussão a cerca de sua sustentabilidade e longevidade. Boa parte dos analistas nunca acreditou que esse desempenho se sustentasse após primeiros anos, vindo a revelar sua vulnerabilidade no primeiro grande choque econômico (eu devo dizer aqui que ele é negativo, ou isso é redundância neste caso?) que surgisse. Embora o tempo tenha revelado essas crenças erradas conforme a China chegou ao século XXI cada vez mais forte (poucos esperam que o país ainda vá apresentar nos anos remanescentes desta década taxas de crescimento decrescentes), o fato é que quase um quarto de século após o início das reformas pró-capitalistas, começam a apontar no horizonte certas questões que acabarão por comprometer o crescimento econômico chinês.

Ao longo das últimas duas décadas, a China sempre teve à sua disposição considerável excedente de trabalhadores que foi sendo absorvido conforme sua demanda aumentava de acordo com aquecimento da economia do país. Devido à razões históricas já discutidas, o setor agropecuário possuía grandes quantidades de trabalho excedente, de modo que, com a liberalização da economia, os trabalhadores têm saído em massa do campo e ajudado a tornar possível a expansão das manufaturas. Porém, se mantidas as recentes taxas de crescimento econômico chinês, a mão-de-obra abundante, fator crucial para a continuidade desse crescimento, terá sua existência ameaçada nos próximos anos.

A Tabela 13 mostra a relação entre a população urbana e rural nos últimas décadas, bem como previsões para a próxima.

Tabela 13
População urbana e rural (em milhões) (1980 a 2020)

	1980	1990	2000	2005	2010	2015	2020
População urbana	191,4	302,0	459,1	562,1	630,0	710,0	780,0
População rural	795,7	841,4	808,4	745,4	720,0	680,0	640,0
População total	987,1	1.143,3	1.265,8	1.306,0	1.347,0	1.390,0	1.419,0
População urbana (%)	19,4	26,4	36,2	43,0	47,0	51,0	55,0
População rural (%)	80,2	73,6	63,8	57,0	53,0	49,0	45,0

Fonte: National Bureau of Statistics of China (2006); dados para anos futuros por Wang Guangzhou, do Institute of Population and Labor Economics, Chinese Academy of Social Sciences.

Segundo os dados da tabela, a população rural tem sofrido forte redução a partir dos anos 90, tendo caído em torno de 11,4% até 2005, e devendo cair, segundo

previsões, mais 14,1% até 2020. Já a população urbana registra consecutivos aumentos, apresentando um crescimento de aproximadamente 86,1% nos últimos 15 anos. Espera-se que cresça mais 38,7% até 2020, superando a participação rural na população total já em 2015.

O setor agropecuário está começando a ficar sem mão-de-obra excedente, de modo que em breve se observará o início de disputas entre as empresas por trabalhadores e a elevação dos baixos salários pagos até então. Sofrendo um aumento em suas despesas com a mão-de-obra, as empresas precisarão elevar os preços de seus bens finais, o que acabará por reduzir sua demanda. Essa, porém, não será a única frente na qual a indústria chinesa e, em especial, as exportações, sofrerão forte golpe.

De 1995 a 2003, os termos de troca da China caíram 18% sob o efeito combinado da queda de 15% dos preços das exportações e do aumento de 3% dos preços das importações. Importante notar que a elevação dos preços das importações foi reflexo principalmente do aumento dos preços de partes e componentes; categoria de importação com crescimento mais acelerado nesse período (correspondendo a 28% do total das exportações em 2003) e usada como insumo de bens finais voltados para a exportação. Dessa forma, sugere-se que a China pode estar presa em uma posição adversa na segmentação do processo de produção internacional, uma vez que suas empresas orientadas para a exportação devem lidar com um considerável aumento dos custos de seus insumos ao mesmo tempo em que os preços de seus bens finais caem quando deveriam subir.

Ademais, muito do crescimento da China, bem como o de outros países asiáticos, está associado ao intervalo do nível tecnológico existente entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. A idéia central, atribuída, entre outros, aos trabalhos de Abramovitz (1986) e Maddison (1991) é que os países mais atrasados podem crescer mais rapidamente do que os industrialmente adiantados ao fazerem uso dos avanços tecnológicos postos em prática por estes países, uma vez que os retornos marginais são maiores. Assim, a hipótese do *catch-up process*, como ficou conhecida, implica que quanto mais tecnologicamente atrasado for um país, maior seu potencial de rápido crescimento.

Como esse processo fica limitado pelo intervalo existente na produtividade entre os países avançados e atrasados, conforme ele diminui, também o fazem as possibilidades de rápido crescimento por partes dos países atrasados. A China, entre o período de 1996 a 2006, teve sua produtividade de sua mão-de-obra dobrada, passando

de 6,3 mil dólares para 12,5 mil, a mais forte alta no mundo. A produtividade chinesa era oito vezes menor que a dos países industrializados e, atualmente, passou a apenas cinco.¹⁷ Vê-se assim que a China caminha a passos largos em direção a um ponto-limite, no qual não poderá mais contar com a tecnologia importada para manter suas altas taxas de crescimento econômico.

Porém, não é apenas no horizonte que apontam as dificuldades, algumas já fazem parte da realidade chinesa. Além das crescentes pressões das autoridades internacionais sobre a flexibilização da taxa de câmbio chinesa que, não há dúvida, resultará em sua valorização, some-se a isso a ineficiência presente em um setor estatal inchado¹⁸ e a corrupção maciça entre os funcionários públicos¹⁹ que, não resta dúvida, inibem consideravelmente o desenvolvimento econômico do país. Segundo acreditam os mais pessimistas, um resfriamento no crescimento da economia chinesa irá por em cheque a habilidade do governo em manter a estabilidade social e política em meio a surtos de desemprego urbano, crises bancárias²⁰, diminuição das reservas internacionais, queda do já baixo consumo doméstico na participação do PIB, entre outros.

Mas nem tudo está perdido. A China ainda pode atuar de modo a compensar, se não completamente, pelo menos em parte as perdas que sofrerá. Além do óbvio espaço para melhorias na eficiência das empresas estatais, a maioria dos economistas concorda que se o crescimento chinês não for guiado no futuro pelas exportações e investimento, o consumo doméstico é deverá orientar o desenvolvimento da economia. No período de 1993 a 2003, ocorreu uma mudança na composição da demanda chinesa comparada com a década anterior: a contribuição do consumo doméstico caiu enquanto o investimento e as exportações subiram, o que tornou a economia cada vez mais vulnerável a flutuações no cenário econômico internacional. Segundo os estudiosos, para garantir um crescimento econômico mais estável e sustentável, a China deverá visar um crescimento mais balanceado em favor do consumo doméstico.

¹⁷ A China aumentou seu valor agregado industrial em 7,9%, tendo assim sua produtividade passado de 5% o equivalente da americana, para 12%.

¹⁸ Importante atentar que a China tem trabalhado na questão. Desde meados dos anos 90, foram dispensados mais de 20 milhões de trabalhadores de empresas estatais por meio de uma onda de fechamentos, fusões e privatizações. Embora tal tenha aumentado o desemprego, grande parte dos trabalhadores foi rapidamente absorvida pelas empresas privadas. Atualmente, o governo conta com aproximadamente 140 mil empresas, empregando 40 milhões de trabalhadores.

¹⁹ A maioria dos setores corruptos, como geração de energia, serviços financeiros, infraestrutura, tabaco e bancária, são todos controlados pelo governo. Em média, dos 140 mil oficiais do partido identificados em escândalos de corrupção todos os anos, apenas 5,6% são indiciados.

²⁰ O setor bancário chinês encontra-se repleto de empréstimos ruins, que poderão levar a uma contração do crédito e a intensificar ainda mais o resfriamento economia.

5. Conclusão

Verificaram-se neste trabalho as principais variáveis responsáveis pelo rápido crescimento da economia chinesa observado desde as reformas pró-capitalistas, iniciadas em 1978. Embora todas bastante importantes por si mesmas, suas análises revelam que o observado crescimento da China se deu, principalmente, devido à interação dessas variáveis entre si, ao invés da ação individual de suas partes. Destaca-se, por exemplo, a desvalorizada taxa de câmbio que, sem os baixos custos de produção propiciados em grande parte pela mão-de-obra barata, não teria sido capaz de levar as exportações a atingirem o patamar em que se encontram.

No espaço de apenas uma década, a China já registrava enorme crescimento de atividade econômica. A abertura de negócios privados apresentou um crescimento percentual da ordem de dezenas de milhares, enquanto o grau de abertura comercial mais do que dobrou. Atualmente, às vésperas de celebrar o trigésimo aniversário das reformas, a China tem de fato muito a comemorar.

Atualmente, o país se destaca como a quarta maior economia mundial, prestes a se tornar a terceira já em 2008, como esperam muitos estudiosos. Conforme discutido, considerável parte do status ostentado pelo país se deu por meio dos investimentos na formação bruta em capital fixo, do qual destacou-se a crescente participação dos investimentos diretos estrangeiros. Quanto às exportações, essas foram largamente beneficiadas pela mão-de-obra barata e taxa de câmbio desvalorizada, alcançando altos níveis e contribuindo para o grande aumento da balança comercial. Com os produtos do país tomado o mercado doméstico de seus principais parceiros comerciais, como o Japão e os Estados Unidos, a China terá de lidar com manifestações cada vez maiores que têm sido feitas visando a flexibilização de seu regime cambial.

Quanto ao ingresso da China na OMC, mostrou-se os esforços que o país tem feito para cumprir seus compromissos de adesão, bem como o seu sucesso alcançado. Em meio a reduções de tarifas e quotas de importação, para citar alguns, observou-se a maior inserção da economia chinesa no comércio mundial, usufruindo benefícios que vão muito além daqueles inicialmente buscados (como o status de país honrado com suas obrigações, por exemplo, que traz, e continuará trazendo, ganhos incalculáveis no cenário econômico mundial). Some-se a isso o crescimento de suas importações e exportações de maneira rápida e sustentável, gerando grandes aumentos na balança comercial da China e aumentos de reservas internacionais. Fica registrado, portanto, o

ponto positivo na história econômica chinesa que o ingresso na OMC trouxe ao país, devendo seus ganhos iniciais ressoarem por ainda muitos anos, sendo ofuscados somente pelos novos que seguirão aparecendo.

A respeito da educação, a herança dos baixos gastos do governo se fez notar na natureza da qualificação da mão-de-obra que participa em grande parte da economia do país. Largamente desqualificada, limitou sua esfera de atuação a produtos intensivos em trabalho (manufaturas, em geral), dificultando o avanço da China em outros setores em que o trabalhador qualificado é peça fundamental. Embora o governo tenha aumentando cada vez mais os gastos em educação, esses ainda são relativamente pequenos, estando muito abaixo da média mundial. Embora tal deficiência não tenha debilitado o crescimento do país, logo a China deverá lançar-se em atividades que envolvam mão-de-obra qualificada se quiser garantir seu elevado crescimento. Com a diminuição da força de trabalho desqualificada ociosa, seus salários irão entrar em uma fase de aumentos, elevando custos e preços, que acabarão por diminuir a atratividade dos produtos por ela fabricados.

Por fim, discutiu-se as perspectivas da manutenção do acelerado crescimento chinês pelos próximos anos, onde conclui-se que este corre sério perigo. Foi graças a uma série de fatores históricos, políticos e econômicos que as variáveis que possibilitaram o crescimento econômico da China foram capazes de atuar em uníssono, sendo de conhecimento geral que esta situação nunca conseguiria se sustentar indefinidamente. Em meio às constantes diminuições da oferta de mão-de-obra disponível e do intervalo tecnológico com os países desenvolvidos, além da alta ineficiência nos setores públicos e corrupção, a China ainda tem de lidar com as crescentes pressões internacionais sobre a flexibilização de seu regime cambial desvalorizado que, em conjunto, facilmente gerariam efeitos que comprometeriam profundamente a sua economia e perspectivas de crescimento. Frente às dificuldades por vir, concluiu-se que o seu futuro dependerá basicamente da capacidade do país em estabelecer o consumo doméstico como motor da economia, variável, até agora, de baixa presença no cenário econômico.

BIBLIOGRAFIA

- . Andrade, Daniel Caixeta e Flávio Vilela Vieira, “Uma Investigação Econométrica (VAR) Sobre os Determinantes do Crescimento de longo Prazo na China (1978 a 2003)”.
- . Chao, Yang, “What Causes What In China? – Causality Tests based on a Panel VAR Model”.
- . Chen, Baizhu e Yi Feng, “Determinants of economic growth in China: Private enterprise, education, and openness”, em: China Economic Review, vol. 11, nº 1, 2000, pg. 1-15.
- . Dowling, Malcolm e David Ray, “The structure and composition of international trade in Asia: historical trends and future prospects”, em: Journal of Asian Economies 11, 2000, pg. 301-318.
- . Frankel, Jeffrey A., “On The Renmimbi: The Choice Between Adjustment Under a Fixed Exchange Rate and Adjustment Under a Flexible Rate”, em: NBER Working Paper Series, nº11274, abril, 2005.
- . Gaulier, Guillaume, Françoise Lemoine e Deniz Ünal-Kesenci, “China’s emergence and the reorganisation of trade flows in Asia”, em: China Economic Review, vol. 18, 2007, pg. 209-243.
- . Giner, Jose Miguel. e Graciela Giner, “An interpretative model of foreign direct investment in China: An economic policy approach”, em: China Economic Review, vol. 15, nº 3, 2004, pg. 268-280.
- . Hirano, Sedi e Luis Estenssoro, “Padrões de Desenvolvimento e de Oportunidade Social na América Latina e no Leste Asiático”, em: Cadernos PROLAM/USP, vol. 2, ano 5, 2006, pg. 105-146.
- . Hong, Mei e WANG Xiaolin, “China’s Budget System and the Financing of Education and Health Services for Children”, novembro 2006.
- . Jianwu, He, Li Shantong e Sandra Polaski, “China’s Economic Prospects 2006–2020”, em: Carnegie Papers, nº 83, abril 2007.
- . Liang, Bibo “Political Economy of US Trade Policy towards China”, em: China & World Economy, vol. 12, nº 5, 2007, pg. 50-64.
- . Lemoine, Françoise, “FDI and the opening up of China’s economy”.
- . Nascimento, Edson Ronaldo, “Entendendo a China - Texto Revisado e Atualizado”, novembro 2006.

- . Obstfeld, Maurice e Paul Krugman, “Economia Internacional – Teoria e Política”.
- . Oliveira, Henrique Altemani de, “Crise Asiática e a China”.
- . Pei, Changhong e Lei Peng, “Responsibilities of China after Accession to the WTO”, em: China & World Economy, vol. 15, nº 4, 2007, pg. 89-101.
- . Pei, Minxin, “The Dark Side of China’s Rise”, em Foreign Policy, março/abril 2006, pg. 34-40.
- . Samuelson, Robert J., “China’s Wrong Turn on Trade”, em: Newsweek, vol. 149, nº 20, 2007.
- . Sun, Huayu e Yue Ma, “Policy strategies to deal with revaluation pressures on the renminbi”, em: China Economic Review, vol. 16, 2005, pg. 103-117.
- . Vieira, Flávio Vilela, “China: Crescimento Econômico de Longo Prazo”, em: Revista de Economia Política, vol.26, nº 3 (103), pg. 401-424, julho/setembro 2006.
- . WTO 2006, “International trade statistics 2006”.
- . China Daily - www.chinadaily.com.cn
- . China Radio International – www.crionline.cn
- . Confederação Nacional da Indústria - www.cni.org.br
- . Embaixada da República Popular da China no Brasil - www.embchina.org.br/por/
- . Ministry of Education of the People’s Republic of China - www.moe.edu.cn/english/
- . National Bureau of Statistics of China - www.stats.gov.cn/english/